

Contas dos Sectores Institucionais

Ano 2016

Próxima edição: Outubro 2019

Contacto (s):

João Cardoso

Joao.Cardoso@ine.gov.cv

José Fernandes

Joses.Fernandes@ine.gov.cv

Joseph Brites

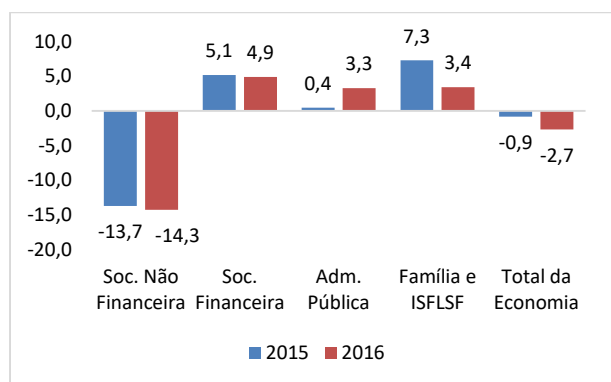
Joseph.Brites@ine.gov.cv

Em 2016, a necessidade de financiamento da economia situou-se em 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB)

A necessidade de financiamento da economia situou-se em 2,7% do PIB, em 2016, representando um aumento de 3.071 milhões de escudos, em termos absolutos, face ao ano anterior.

O sector institucional das Famílias apresentou uma variação negativa da respetiva capacidade de financiamento, em 50,8%, no ano 2016. O saldo das sociedades não financeiras agravou-se, fixando-se em -14,3% do PIB, em 2016, o que representa um aumento 0,6 p.p., em relação ao ano anterior. Quanto à capacidade de financiamento das sociedades financeiras diminuíram em 0,6% em 2016. A capacidade de financiamento no sector da administração pública, em 2016, cifrou-se em 5.456 milhões de escudos, representando cerca de 3,3% do PIB.

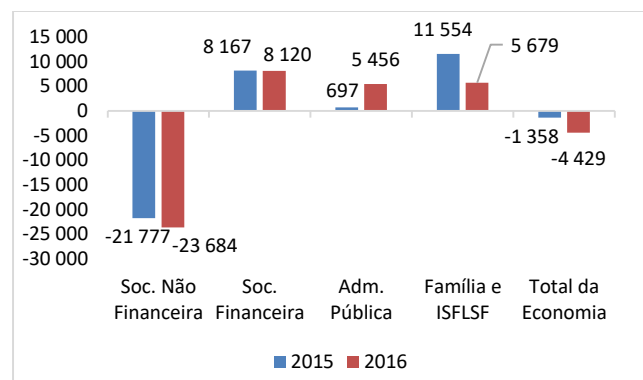
Gráfico 1: Capacidade (+)/Necessidade (-) de financiamento por sector institucional em 2015 e 2016 (em % do PIB)



Em relação a Capacidade/Necessidade Líquida de Financiamento, em 2016, com excepção das sociedades não financeiras, todos os outros sectores tiveram capacidade de financiamento. O

total da economia (S1), apresenta uma necessidade de financiamento de 4.429 milhões de escudos, em 2016.

Gráfico 2: Capacidade (+)/Necessidade (-) de financiamento por sector institucional em 2015 e 2016 (Milhões de escudos)



Economia Total (S.1)

Os dados das contas nacionais definitivas mostram que em 2016, o PIB cresceu 4,5% em termos nominais (corrente). Em relação a estrutura do VAB, por Sector Institucional, apresentada no gráfico 3, pode-se constatar que os sectores das sociedades não financeiras (S.11) e as famílias (S.14) tem o maior peso no VAB total da economia nacional, representando 42,5% e 35,5%, respectivamente.

Gráfico 3: Estrutura do VAB por Sector Institucional (%), em 2016

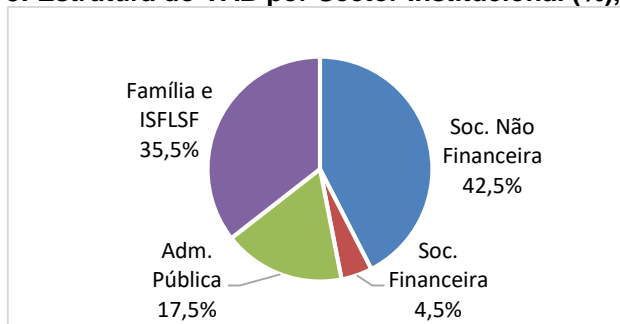


Tabela 1: Total da Economia (S.1) – em Milhões de escudos

Indicadores	2015	2016
Produção	268.697	281.891
Variação anual (%)	0,4	4,9
Consumo intermédio	130.030	137.801
Variação anual (%)	-1,4	6,0
Valor acrescentado bruto	138.667	144.090
Variação anual (%)	2,1	3,9
Remunerações dos empregados	59.025	64.165
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre os produtos	20.032	21.692
Variação anual (%)	7,9	8,3
Produto Interno Bruto	158.699	165.782
Variação anual (%)	2,8	4,5
Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção	1.107	1.069
Rendimento de exploração	78.535	78.856
Variação anual (%)	-0,3	0,4
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	152.830	159.778
Impostos correntes sobre o rendimento, património etc.	10.651	11.679
Variação anual (%)	22,3	9,6
Rendimento disponível bruto	178.074	186.172
Variação anual (%)	5,5	4,5
Despesas de consumo final	133.410	133.415
Variação anual (%)	3,7	0,0
Poupança	44.664	52.757
Variação anual (%)	11,4	18,1
Formação bruta de capital fixo	45.681	54.886
Variação anual (%)	-14,3	20,2
Variação de existências	2.225	3.563
Formação bruta de capital e Activos não produzidos	47.906	58.449
Variações do património líquido resultantes de poupança	46.548	54.020
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	-1.358	-4.429

Sociedades Não Financeiras (S.11)

O sector das Sociedades não Financeiras representa 50,5%, do total da produção nacional. Neste sector constata-se um aumento de 8,6% na produção, face ao ano anterior. No consumo Intermédio o aumento foi menos acentuado 7,5%, contribuindo desta forma para um crescimento robusto do Valor

Acrescentado Bruto de 10,2%. As Remunerações dos Empregados cresceram 15,0% em comparação com ano anterior.

Quanto a Necessidade de Financiamento, passou de 21.777 milhões de escudos em 2015 para 23.684 milhões de escudos, em 2016, o que representa um aumento de 8,8%.

Tabela 2: Sociedades não financeiras (S.11) – em Milhões de escudos

Indicadores	2015	2016
Produção	131.015	142.339
Variação anual (%)	-1,3	8,6
Consumo intermédio	75.493	81.166
Variação anual (%)	-3,8	7,5
Valor acrescentado bruto	55.522	61.173
Variação anual (%)	2,2	10,2
Remunerações dos empregados	32.404	37.250
Variação anual (%)	7,0	15,0
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	950	908
Rendimento de exploração	22.168	23.015
Variação anual (%)	-4,6	3,8
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	11.893	13.821
Impostos correntes sobre o rendimento , património etc.	4.620	4.057
Variação anual (%)	57,2	-12,2
Contribuições sociais	0	0
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	0	0
Rendimento disponível bruto	6.723	14.549
Variação anual (%)	-16,3	116,4
Formação bruta de capital fixo	26.732	35.350
Variação anual (%)	-22,8	32,2
Variação de existências	1.907	3.054
Formação bruta de capital e activos não produzidos	28.639	38.404
Activos não produzidos	0,0	0,0
Transferências de capital a receber (+)	139,8	170,8
Transferências de capital a pagar (-)	0,0	0,0
Variações do património líquido resultantes de poupança	6.862	14.720
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	-21.777	-23.684

Sociedades Financeiras (S.12)

A produção do sector das Sociedades Financeiras representa 3,9% do total nacional.

Alguns factores como a aceleração da actividade bancária e o aumento dos prémios das seguradoras fizeram com que a produção desse sector aumentasse 6,0% em 2016. O

peso do sector na estrutura do VAB nacional representa 4,5%., passando de 6.138 milhões de escudos em 2015 para 6.439 milhões de escudos em 2016, o que representa um crescimento de 4,9%. Apesar de ter aumentado o seu peso na estrutura do VAB nacional a capacidade de financiamento do sector diminuiu em 0,6% face ao ano anterior.

Tabela 3: Sociedades Financeiras (S.12) – em Milhões de escudos

Indicadores	2015	2016
Produção	10.457	11.088
Varição anual (%)	3,6	6,0
Consumo intermédio	4.319	4.649
Varição anual (%)	5,1	7,6
Valor acrescentado bruto	6.138	6.439
Varição anual (%)	2,5	4,9
Remunerações dos empregados	3.496	3.582
Varição anual (%)	2,3	2,5
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	55	64
Rendimento de exploração	2.587	2.794
Varição anual (%)	3,5	8,0
Ajustamentos por serviços bancários imputados	0	0
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	7.935	8.252
Impostos correntes sobre o rendimento , património etc.	214	228
Contribuições sociais	184	264
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	184	264
Rendimento disponível bruto	8.955	9.428
Poupança	8.955	9.428
Formação bruta de capital fixo	787	1.308
Varição anual (%)	10,0	66,1
Formação bruta de capital e activos não produzidos	787	1.308
Activos não produzidos	0	0
Transferências de capital a receber (+)	0,0	0,0
Transferências de capital a pagar(-)	0	0
Variações do património líquido resultantes de poupança	8.955	9.428
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	8.167	8.120

Administração Pública (S.13)

Comparativamente ao ano anterior, a produção total retraiu 3,0% provocado fundamentalmente pela queda da produção mercantil na ordem de 17,8%. Este fenómeno explica-se pela diminuição da produção mercantil da Administração Central (S.131) e Local (S.132) em torno de 18,9%, e 7,2% respetivamente.

A produção não mercantil registou um crescimento não significativo, cerca de 1,0%, tendo como principal impulsionador o INPS (S.133) que contribuiu com 11,6%.

O sector em análise representa em 2016 cerca de 12,0% do total da produção nacional, menos 9 p.p. que o ano precedente. O VAB do sector aumentou apenas 0,3%, quando comparado com o ano anterior (2,8%), e representa cerca de 17,5% do total do VAB. Em 2016, o sector da Administração Pública representa 15,2% do PIB, menos 7 p.p. que o ano anterior.

A despesa do consumo final da Administração Pública teve variação negativa no ano em apreço, 4,2%, justificada essencialmente pela diminuição da despesa do consumo final, na Administração

Local (S.132), 8,9%. Esta queda teve impacto nas despesas do consumo final efectivo que reduziu para 17,2 % em 2016.

O rendimento disponível bruto do sector representou 24,0% do rendimento disponível bruto total, 0,9 p.p superior ao ano precedente.

A taxa de poupança passou de 27,5% em 2015, para 36,0% em 2016, o que representa um aumento de 8,4 p.p.

A capacidade de financiamento no sector da administração pública em 2016 cifrou-se em 5.456 milhões de escudos, o que representa cerca de 3,3% do PIB.

Importa frisar que a formação bruta de capital fixo registou uma diminuição de 9,4% em 2016, sendo a administração local, (S.132), a maior responsável pela queda (-26,7%).

Note-se ainda, que as variações do património líquido, resultantes da poupança e de transferências de capital, cresceram 28,4%. Um aumento significativo, mesmo assim inferior ao do ano anterior (54,5%).

Tabela 4: Administrações Públicas (S.13) – em Milhões de escudos

Indicadores	2015	2016
Produção	34.766	33.718
Variação anual (%)	6,2	-3,0
Consumo intermédio	9.578	8.446
Variação anual (%)	16,5	-11,8
Valor acrescentado bruto	25.188	25.273
Variação anual (%)	2,8	0,3
Remunerações dos empregados	20.193	20.929
Variação anual (%)	1,8	3,6
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	0	0
Rendimento de exploração	4.996	4.343
Variação anual (%)	6,7	-13,1
Saldo dos rendimentos primários / Rendimento nacional	25.279	26.167
Contribuições sociais	7.920	9.663
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	7.162	7.136
Rendimento disponível bruto	41.292	44.758
Despesas de consumo final	29.918	28.665
Variação anual (%)	5,0	-4,2
Poupança	11.374	16.093
Variação anual (%)	41,2	41,5
Formação bruta de capital fixo	12.061	10.932
Variação anual (%)	4,2	-9,4
Formação bruta de capital e activos não produzidos	12.061	10.932
Activos não produzidos	0,0	0,0
Variações do património líquido resultantes de poupança	12.759	16.388
Transferências de capital a receber (+)	1.744	1.092
Transferências de capital a pagar(-)	-359	-797
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	697	5.456

Famílias e ISFLSF (S.14)

O sector institucional famílias abrange as famílias enquanto unidades de consumo e as famílias produtoras. O sector família e ISFLSF representam 33,6% do total da produção nacional, tendo conhecido um aumento de 2,5% em relação ao ano anterior (2015). O VAB deste sector corresponde a 35,5% da economia nacional. Passou de 51.820 milhões de escudos em 2015 para 51.205 milhões de escudos em 2016, diminuindo 1,2%.

O rendimento disponível bruto das famílias representa 63,1% do rendimento disponível bruto. Baixou em relação ao ano anterior (2015) que representava 68,0%, em consequência do aumento de 1,2 p.p da despesa do consumo final das famílias.

A taxa da poupança das famílias é de 10,8% do rendimento disponível, e o sector teve uma diminuição de 50,8% de capacidade de financiamento em relação ao ano anterior, passando de 11.554 milhões de escudos em 2015 para 5.679 milhões de escudos em 2016.

Tabela 5: Família (S.14) – em Milhões de escudos

Operações	2015	2016
Produção	92.459	94.746
Variação anual (%)	0,4	2,5
Consumo intermédio	40.640	43.540
Variação anual (%)	-1,0	7,1
Valor acrescentado bruto	51.820	51.205
Variação anual (%)	1,5	-1,2
Remunerações dos empregados	2.933	2.403
Outros impostos, líquidos de subsídios sobre a produção	101	98
Rendimento de exploração	48.785	48.704
Variação anual (%)	0,8	-0,2
Saldo dos rendimentos primários/ Rendimento nacional	107.723	111.538
Impostos correntes sobre o rendimento , património etc.	5.817	7.250
Variação anual (%)	3,6	24,6
Contribuições sociais	8.104	9.926
Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie	7.346	7.399
Outras transferências correntes	21.135	18.706
Rendimento disponível bruto	121.105	117.437
Variação anual (%)	4,8	-3,0
Despesa de consumo final	103.491	104.750
Variação anual (%)	3,3	1,2
Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões	0	0
Poupança	17.613	12.687
Variação anual (%)	14,8	-28,0
Formação bruta de capital fixo	6.100	7.296
Variação anual (%)	-4,9	19,6
Variação de existências	318	510
Formação bruta de capital e activos não produzidos	6.418	7.805
Activos não produzidos	0,0	0,0
Variações do património líquido resultantes de poupança	17.972	13.484
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	11.554	5.679

Resto do Mundo (S.2)

Em 2016, as exportações de bens e serviços cresceram 2,9% contra 14,3% de 2015, enquanto as importações registaram um aumento de 5,9% em 2016 contra os 0,2% registados em 2015. O saldo externo de bens e serviços passou de 22.617 para 26.082 milhões de escudos o que representou um aumento de 15,3% para o resto do mundo.

O saldo das operações correntes com o exterior registou um aumento, passando de 3.242 em 2015 para 5.692 milhões de escudos em 2016, o que representa um crescimento de 75,6%. Este crescimento resulta do aumento

do saldo externo de bens e serviços (3.465 milhões de escudos), dos rendimentos de propriedade (799 milhões de escudos), e do aumento das transferências correntes do resto do mundo para a economia nacional (2.633 milhões de escudos) sobre tudo das remessas dos emigrantes. Tudo isso, conjugado com o aumento das transferências de capital do resto do mundo para a economia nacional, que passou de 1.884 em 2015 para 1.263 milhões de escudos em 2016, resultou num aumento da capacidade de financiamento do resto do mundo, que passou de 1.358 em 2015 para 4.429 milhões de escudos em 2016.

Tabela 6: Resto do Mundo (S.2) - em Milhões de escudos

Indicadores	2015	2016
Importação de bens e serviços	93.884	99.407
Variação anual (%)	0,2	5,9
Exportação de bens e serviços	71.268	73.325
Variação anual (%)	14,3	2,9
Saldo externo de bens e serviços	22.617	26.082
Variação anual (%)	-27,9	15,3
Saldo das operações correntes com o exterior	3.242	5.692
Variação anual (%)	-81,0	75,6
Capacidade (+)/ Necessidade (-) de financiamento	1.358	4.429

Notas Metodológicas

Os sectores institucionais são grupos de unidades capazes de possuir bens e ativos, assumir compromissos, participar de actividades económicas e negociar com outras unidades por iniciativa própria, devido à sua autonomia de decisão. Para efeitos do Sistema de Contas Nacionais, e com base nas informações disponíveis e na importância económica dos sectores institucionais, as unidades institucionais residentes no território económico são agrupadas em cinco sectores institucionais:

- Sociedades não financeiras (S.11)
- Sociedades financeiras (S.12)
- Administrações públicas, incluindo fundos de segurança social (S.13)
- Famílias, incluindo empresas individuais (S.14)
- Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (S.15)

Os cinco sectores institucionais definidos acima constituem o conjunto da economia nacional (S.1). Cada sector também é dividido em subsectores. O sistema prevê o desenvolvimento de uma sequência completa de contas para cada sector e para cada subsector, bem como para a economia como um todo. É apenas desagregando a economia em sectores e subsectores que é possível observar as interações entre diferentes partes da economia, medi-las e depois analisá-las. Num sector único, denominado Resto do Mundo (S.2), foram inseridas todas as operações envolvendo residentes e não residentes.

O trabalho de compilação das contas dos sectores institucionais só é possível após a publicação das contas de bens e serviços (contas dos ramos de actividade e equilíbrios recursos empregos), de forma a permitir uma arbitragem exaustiva, garantido a consistência/coerência entre as contas anteriormente mencionadas.

As contas dos sectores institucionais, segundo as melhores práticas internacionais, são elaboradas apenas a preços correntes. A desagregação das contas é executada até ao nível da capacidade/necessidade de financiamento.

A compilação da sequência completa das contas dos sectores institucionais e sua síntese na Tabela das Contas Económicas Integradas (TCEI), requer a existência de informações variadas sobre as diversas operações económicas (produção, consumo intermédio, investimento, distribuição de rendimento, transacções financeiras, etc.), realizadas pelos referidos sectores.

A metodologia adoptada foi a compilação separada da sequência das contas de cada sector institucional antes da síntese da TCEI. A TCEI, é um quadro que resume toda a sequência de contas dos diferentes sectores institucionais. A nível de contas de fluxos, cada conta refere-se a um tipo particular de operação, como a produção, a formação e distribuição do rendimento e a sua utilização. Cada conta é equilibrada pela introdução de um saldo contabilístico, definido de maneira residual como a diferença entre o total dos recursos e dos empregos.

Conceitos:

Economia Nacional (S.1)

Economia Nacional (S.1) comporta os seguintes sectores institucionais: Sociedades Não Financeiras (S.11), Sociedades Financeiras (S.12), Administração Pública (S.13), Família (S.14) e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (S.15).

Sociedades não financeiras (S.11)

As sociedades não financeiras (S.11) são aquela cuja actividade principal é a produção de bens ou serviços não financeiros mercantis. Compreende o seguinte conjunto de unidades institucionais residentes, nomeadamente

Sociedades não financeiras públicas (S.111), Sociedades não financeiras privada nacional (S.112) e Sociedades não financeiras privadas sob controlo estrangeira (S.113).

Sector Institucional das Sociedades Financeiras (S.12)

O sector das sociedades financeiras (S.12) consiste no conjunto das sociedades e quase sociedades, cuja função principal é fornecer serviços de intermediação financeira (intermediários financeiros) e/ou exercer actividades financeiras auxiliares (auxiliares financeiros).

Sector Institucional das Administrações Públicas (S.13)

O sector da Administrações Públicas (S.13) inclui as unidades institucionais que correspondem a produtores não mercantis cuja produção se destina ao consumo individual e colectivo e que são financiadas por pagamentos obrigatórios feitos por unidades pertencentes a outros sectores, bem como todas as unidades institucionais cuja função principal é a redistribuição do rendimento e da riqueza nacional.

Família (S.14)

O sector das Famílias (S.14) é complexo em si, pois abrange as famílias enquanto unidades de consumo e as famílias produtoras. Em primeiro lugar, este sector inclui as operações domésticas das famílias, i.e., as operações que se referem à função das famílias enquanto consumidoras. Em segundo lugar, compreende as actividades que as famílias desenvolvem e as operações que efectuam relacionadas com as actividades de produção que não se enquadram nas sociedades ou quase sociedades.

Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (S.15).

O Sector das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (S.15), que no fundo são as ONG, pelas recomendações do SCN, deve ser agregado às do S.14.

Resto do Mundo (S.2)

Integra todas as operações envolvendo residentes e não residentes.

Capacidade (+) /necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).